A POSSIBILIDADE DE BLOQUEIO DE
REDES SOCIAIS COMO MEDIDA ATÍPICA
COERCITIVA NO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Délis Vivianne de Azevêdo Siqueira Campos

A POSSIBILIDADE DE BLOQUEIO DE REDES SOCIAIS COMO MEDIDA ATÍPICA COERCITIVA NO PROCESSO DE EXECUÇÃO*

THE POSSIBILITY OF BLOCKING SOCIAL MEDIA AS AN ATYPICAL COERCIVE MEASURE IN THE ENFORCEMENT PROCESS

Délis Vivianne de Azevêdo Siqueira Campos

Délis Vivianne de Azevêdo Siqueira Campos é pós-graduada em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e pós-graduanda em Direito Privado pela Faculdade Legale. Atualmente (2025), integra o Programa de Residência Jurídica (Estágio de Pós-Graduação) do Ministério Público do Estado do Piauí. É bacharela em Direito pelo Centro Universitário Uninovafapi (2022), ano em que também foi aprovada no XXXIII

Exame da Ordem dos Advogados do Brasil. É coautora do artigo “A extensão do prazo da licença-maternidade ao pai em face do princípio constitucional da isonomia e o pleno exercício do poder familiar”, publicado na Revista Científica da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Piauí, v. 10, n. 1, jan./jun. 2022. Além do mais, atuou como estagiária de graduação no Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJPI) e na Junta Comercial do Estado do Piauí (JUCEPI).

SUMÁRIO: INTRODUÇÃO. 2 PRINCÍPIOS GERAIS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO. 2.1 PRINCÍPIO DA PATRIMONIALIDADE. 2.2 PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA. 2.3 PRINCÍPIO EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. 2.4 PRINCÍPIO MENOR ONEROSIDADE DA EXECUÇÃO. 3 MEDIDAS ATÍPICAS E A AUSÊNCIA DE CARÁTER PUNITIVO. 4 O BLOQUEIO DE REDES SOCIAIS COMO MEDIDA EXECUTIVA INOMINADA COERCITIVA E OS REQUISITOS PROPOSTOS PELA JURISPRUDÊNCIA E PELA DOUTRINA BRASILEIRA PARA APLICAÇÃO DAS MEDIDAS ATÍPICAS EM GERAL. CONCLUSÃO. REFERÊNCIAS.

RESUMO

O presente artigo tratará sobre a possibilidade do bloqueio de redes sociais do executado como medida executiva atípica coercitiva à luz do art. 139, IV, do Código de Processo Civil Brasileiro de 2015 e da jurisprudência mais recente dos tribunais brasileiros. A partir de tais premissas, analisou-se o uso dessa medida executiva atípica sob a ótica dos principais princípios que norteiam o processo de execução brasileiro, dentre eles o princípio da patrimonialidade, da eficiência, da efetividade da tutela jurisdicional e da menor onerosidade da execução. Ademais, averiguou-se a diferença entre medida inominada e as providências de cunho punitivo. Por fim, observou-se a posição da jurisprudência majoritária e da doutrina nacional acerca de tal medida e quais critérios para sua aplicação no cotidiano da prática forense.

Palavras-chave: processo civil; medidas atípicas de execução; artigo 139, IV, do código de processo civil; bloqueio; redes sociais.

ABSTRACT

This article addresses the possibility of blocking a debtor's social media accounts as an atypical coercive enforcement measure under Article 139, IV, of the 2015 Brazilian Code of Civil Procedure and in light of the most recent case law from Brazilian courts. Based on these premises, the use of this atypical enforcement measure is analyzed through the lens of the main principles guiding the Brazilian enforcement process, including the principles of patrimoniality, efficiency, effectiveness of judicial protection, and minimal burden of enforcement. Furthermore, the distinction between unnamed measures and punitive actions is examined. Finally, the article discusses the prevailing judicial and doctrinal positions on this measure and the criteria for its application in everyday legal practice.

Keywords: civil procedure; atypical enforcement measures; article 139, IV, of the code of civil procedure; blocking; social media.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com os últimos dados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça por meio do “Justiça em números 2023”¹, tem-se que os processos judiciais em fase de execução constituem grande parte do acervo processual em trâmite no primeiro grau (justiça comum e juizados especiais), além de ser a etapa de maior morosidade. Diante desse cenário, é importante a viabilização de meios que desafoguem o Poder Judiciário além de tornar a prestação jurisdicional mais célere e efetiva.

Nessa toada e sob a perspectiva da nova ordem constitucional e processual oriunda da Constituição Federal de 1988 e do Código de

¹ Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Justiça em Números 2023. Brasília: 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/09/justica-em-numeros-2023-010923.pdf>. Acesso em: 27 out 2023.

Processo Civil de 2015, o Judiciário Brasileiro vem buscando meios mais eficazes e adequados para satisfazer as necessidades dos jurisdicionados na fase executiva, tais como as medidas executivas atípicas, que servem como verdadeiras cláusulas gerais de efetivação da tutela jurisdicional.

É importante destacar que as medidas executivas atípicas ou inominadas têm fundamento no art. 139, inciso IV, do Código de Processo Civil que prevê o poder-dever de o magistrado “determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária”, independentemente da natureza da obrigação.

Assim, com fulcro nesta cláusula genérica de atuação do Estado-Juiz, cogita-se o bloqueio de contas de redes sociais com vistas a compelir, ainda que psicologicamente, o devedor a cumprir suas obrigações, caso contrário terá suspenso temporariamente suas contas de redes sociais as quais, atualmente, são comumente utilizadas tanto para o entretenimento e publicidade, quanto para geração de emprego e renda.

Diante dessa conjuntura, surge o seguinte questionamento: é possível adotar o bloqueio de redes sociais como medida executiva para coagir, ainda que psicologicamente, o devedor a adimplir com sua obrigação? E sendo positiva a resposta, quais os requisitos para aplicação de tal providência?

À vista disso e considerando a pressurosa necessidade de desafogar o Poder Judiciário brasileiro e tornar efetiva suas decisões, este artigo é relevante no sentido de trazer à tona a importância e a necessidade da aplicação das medidas atípicas consubstanciadas no poder diretivo concedido ao juiz no art. 139, IV, do CPC, com vistas a tornar a prestação jurisdicional mais célere, satisfatória e adequada tanto ao caso concreto quanto à realidade social tecnológica vivenciada no século XXI.

Nesse contexto, o presente artigo visa analisar a possibilidade de bloqueio de redes sociais como medida atípica à luz dos pilares do processo de execução. Para isso, pretende-se rememorar os princípios norteadores da fase de execução e identificar o posicionamento doutrinário e jurisprudencial dos Tribunais Superiores e de alguns dos principais

Tribunais de Justiça Estaduais do Brasil, acerca da possibilidade e dos requisitos para a aplicação de uma medida inominada.

Para tanto, adotou-se o método da pesquisa bibliográfica documental para a confecção deste artigo por intermédio do levantamento de informações e conhecimentos provenientes de leis, doutrinas jurídicas, artigos científicos e principalmente do posicionamento majoritário e mais atual dos Tribunais Superiores e Estaduais brasileiros acerca deste assunto, por meio da jurisprudência nacional e regional.

Dessa forma, com fins didáticos e para melhor compreensão do assunto, este artigo está organizado em três macro tópicos que abordarão, respectivamente: princípios gerais que norteiam o processo brasileiro de execução, a inexistência de caráter punitivo das medidas inominadas e, por fim, uma sucinta análise jurisprudencial e doutrinária acerca do bloqueio das redes sociais como medida executiva atípica e os requisitos consolidados na jurisprudência para aplicação de tal medida.

2 PRINCÍPIOS GERAIS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Para melhor entendermos e aplicarmos o direito ao caso concreto, é importante além de nos atermos ao texto legal, buscarmos compreender a essência da hermenêutica, do contexto da letra da lei e suas fontes basilares. Assim, Gagliano e Filho (2019, p. 74) entendem que as fontes do direito são meios que formam ou estabelecem a norma jurídica, isto é, são instâncias de manifestação normativa. Nesse ínterim, de acordo com os referidos autores, considera-se como fontes do direito a legislação, os costumes, a jurisprudência, a doutrina, a analogia, os princípios gerais do direito e a equidade.

Nessa perspectiva, os princípios gerais do direito servem como balizadores e norteadores fundamentais para aplicação do direito diante do caso concreto principalmente quando há omissão, dubiedade, ambiguidade e lacunas. Isso graças ao art. 4º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Brasil, 1988) que em se tratando de omissão legislativa, prevê que o magistrado poderá justificar seus pronunciamentos utilizando a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.

Somado a isso, conforme Câmara (2023, p. 259), para que os meios executivos - típicos ou atípicos - sejam bem empregados, é necessário a total observância aos princípios constitucionais que norteiam o processo de jurisdição brasileira, posto que todo e qualquer ato judicial deve ser fundamentado com base nas fontes primárias e secundárias do direito, nos termos do art. 93, inciso IX, da CF/88 c/c art. 11, do CPC/15.

Portanto, é importante rememorar que a fase executiva processual é regida tanto por princípios do direito em sentido *lato sensu* e do direito processual, quanto por princípios próprios dessa fase, dentre os quais esmiuçamos, neste estudo, apenas quatro daqueles que achamos mais pertinentes e relevantes para a aplicação das medidas executivas atípicas. Vejamos:

2.1 PRINCÍPIO DA PATRIMONIALIDADE

A responsabilidade patrimonial é instituto próprio do direito processual entendida por Neves (2023, p. 795) como a possibilidade de determinado patrimônio se sujeite à satisfação do direito substancial do credor, posto que, na visão de Lemos (2023, p. 500), tais medidas expropriatórias não podem ser utilizadas como meios de constrição pessoal.

Nesse viés, Lopes Júnior (2023, p. 822) destaca que a execução não recai sobre o indivíduo executado, mas tão somente sobre seus bens, o que nos leva a concluir que a execução é de cunho real. Sendo assim, depreende-se que o princípio da patrimonialidade assegura que a responsabilidade da execução somente pode recair sobre os bens do devedor, em sentido amplo, e atrelado ao conceito de patrimônio, seja ele material ou imaterial, tangível ou intangível, físico ou virtual; tornando inviável a satisfação do crédito no corpo do executado, com vistas a consagrar o princípio da dignidade da pessoa humana, consolidado no art. 1.º, inciso III, da CF/88.

Assim, a dignidade da pessoa humana é definida por Lenza (2017, p. 1.571) “como o núcleo essencial do constitucionalismo moderno” e que em casos de colisões principiológicas, tal princípio dará orientações necessárias para solucionar o conflito. Por isso, “desde a edição da *Lex Poetelia Papiria*, no ano de 326 a.C., a atividade executiva passou a incidir

tão somente sobre o patrimônio, e não mais sobre o corpo do devedor” (Câmara, 2023, p. 259).

Quanto a esse ponto, Neves (2023, p. 758 e 759) afirma que “não existe no direito brasileiro, nem em qualquer ordenamento moderno de que se tenha conhecimento, satisfação na pessoa do devedor, como existia na Lei das XII Tábuas”, uma vez que a humanização do processo executivo proporcionou a adoção de medidas mais proporcionais e efetivas ao caso concreto.

Entretanto, é relevante frisar que, atualmente, o ordenamento jurídico brasileiro reconhece apenas uma única exceção ao princípio da patrimonialidade, qual seja: a possibilidade de prisão civil do devedor de alimentos, prevista no art. 528, § 3º, do CPC/15. Isso porque

[...] embora a previsão constitucional da prisão civil do depositário infiel não tenha sido revogada, deixou de ter aplicabilidade, em razão do efeito paralisante do Pacto de São José da Costa Rica em relação à legislação infraconstitucional que disciplina a matéria. Posteriormente, foi editada a Súmula Vinculante 25 com o seguinte teor: ‘é ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito’. No mesmo sentido, o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula 419 com a seguinte redação: ‘descabe a prisão civil do depositário judicial infiel’ (Lopes Júnior, 2023, p. 822).

Em tempo, evidencia-se que há uma interseção entre a responsabilidade patrimonial na execução e as medidas atípicas executivas, pois essas últimas corroboram com tal princípio “como uma busca alternativa para a efetividade e, esta, somente ocorre quando houver satisfação específica, o que leva a existência do art. 139, IV [do CPC/15]” (Lemos, 2023, p. 501).

Em vista disso, a responsabilidade patrimonial consagra-se, expressamente e precipuamente, pelo art. 391 do Código Civil do qual se infere que somente os bens do devedor respondem pelo inadimplemento das obrigações por ele contraídas. Nesse viés, o art. 789 do Código de Processo Civil reitera o entendimento consagrado na lei n.º 10.406/02 ao

mencionar que apenas os bens presentes e futuros do devedor respondem pelo cumprimento das obrigações por ele adquiridas, salvo os casos de restrição legal, como na hipótese dos bens impenhoráveis elencados no art. 833, do CPC.

2.2 PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA

Para o desenvolvimento de toda e qualquer atividade estatal, incluída a jurisdicional, Câmara (2023, p. 259) evidencia que se almeja, dentre outros macro-objetivos, a eficiência, meio pelo qual se busca que o resultado do processo seja alcançado com o mínimo de dispêndio possível de energias e tempo. Logo, o resultado prático do processo deve ser obtido com ínfimo esforço razoável.

Destarte, quanto ao princípio da eficiência, tem-se que ele foi expressamente citado no *caput* do art. 37, da CF/88 e também no art. 8º, do Código de Processo Civil. *In verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Brasil, 1988).

Art. 8.º Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência (Brasil, 2015).

Acerca do referido princípio intrínseco à atividade da Administração Pública em sentido genérico, incluindo o Poder Judiciário, Pietro (2018, p. 151) diz que:

O princípio da eficiência apresenta, na realidade, dois aspectos: pode ser considerado em relação ao modo de atuação do agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atribuições, para lograr os melhores resultados; e em relação ao modo de organizar, estruturar, disciplinar a Administração Pública, também

com o mesmo objetivo de alcançar os melhores resultados na prestação do serviço público.

Assim, em rápida analogia entre a Administração Pública e a prestação jurisdicional, tem-se que o juiz atua como agente público e por isso, deve desempenhar da melhor forma possível suas atribuições e competências, a fim de obter os melhores resultados, no caso concreto, bem como proteger os direitos das partes e principalmente resolver satisfatoriamente a lide, seja ela contenciosa ou não.

Com isso, os órgãos jurisdicionais devem unir esforços para conduzir eficientemente o processo com o intuito de alcançar os melhores resultados na prestação do serviço público e assegurar a inafastabilidade da jurisdição ou do acesso à Justiça, em consonância com o art. 5.º, XXXV, da CF/88.

Além disso, a eficiência no processo de execução permite a concretização da prestação jurisdicional mais célere e eficaz possível, privilegiando também o princípio constitucional da celeridade, previsto no art. 5º, LXXVIII, da CF/88.

Sob essa ótica, tem-se que:

Eficiente é atuação que promove, satisfatoriamente, os meios necessários para que se alcancem os fins do processo. Na escolha dos meios a serem empregados para a obtenção dos fins, o órgão jurisdicional: a) deve escolher aqueles que tenham condições de promoverem algum resultado significativo (deve evitar meios que promovam resultados insignificantes); b) deve escolher meios que permitam alcançar, com certo grau de probabilidade, o resultado almejado (não pode escolher um meio de resultado duvidoso); c) não pode escolher um meio que produza muitos efeitos negativos paralelamente ao resultado buscado (Ávila, 2005, p. 19 *apud* Didier Jr *et al*, 2023, p. 342).

Diante do todo exposto, tem-se que o princípio da eficiência busca tão somente assegurar a real concretização do serviço público, que no caso em tela, dar-se com a prestação jurisdicional satisfativa, de preferência, ao exequente. A ideia, com isso, é tornar legítimo o emprego de meios que

ponderem a necessidade de efetivação e concretização do preceito judicial e o pleito das partes no caso concreto da fase executiva.

2.3 PRINCÍPIO EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Sabe-se que a finalidade precípua do processo de execução é, sem dúvidas, a satisfação do crédito do exequente. Esse é o fim normal que se espera, conforme redação do art. 924, inciso II, do CPC/15, o qual afirma que quando a obrigação é satisfeita ocorre a extinção da fase executiva. Ademais, é norma fundamental do processo civil brasileiro que o processo, em geral, seja meio que concretize o direito das partes de obterem, em prazo razoável, a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa, nos termos do art. 4º do referido código.

Nesse sentido, Câmara (2023, p. 258) diz que:

Por força da garantia constitucional de tutela jurisdicional efetiva estabelece-se uma exigência de que o resultado prático do processo coincida, tanto quanto possível, com o resultado prático que se produziria se o direito substancial fosse espontaneamente realizado. É, em outras palavras, uma garantia constitucional de que haverá a maior coincidência possível entre o resultado prático do processo e aquilo a que o titular do direito material faz jus. Vale, aqui, recordar a máxima chiovendiana segundo a qual 'o processo deve dar ao titular do direito, na medida do que seja possível na prática, tudo aquilo e precisamente aquilo que ele tem o direito de conseguir'.

Assim, não resta dúvidas de que o princípio da efetividade é extremamente importante para a aplicação de todas e quaisquer medidas executivas sejam elas típicas ou atípicas, pois de acordo com Lemos (2023, p. 508 e 509):

[...] o juízo, durante a execução, deve inclinar-se para atender a satisfação específica, o que, no tocante, a concessão de medidas atípicas de efetividade, está na possibilidade ampla de imaginar outros caminhos, além daqueles tipificados - expropriatórios ou não - para a garantir que o exequente alcance o desfecho único da

execução. [...] a primazia da efetividade é tão grande que a própria existência do art. 139, IV e a sua ampla possibilidade, acaba por quase que inutilizar a fase da suspensão da execução quando não se alcança bens passíveis de constrição, uma vez que a possibilidade de outras medidas acaba por abarcar toda essa situação de maneira pró exequente, o que seria, de certo modo, uma manifestação do princípio da primazia à atividade satisfativa.

Ademais, ressalta-se que é imprescindível que a parte exequente comprove a subsidiariedade da medida atípica pleiteada, a existência de patrimônio do devedor, os indícios de que aquela medida executiva requerida é ou pode vir a ser efetiva para a concretização da obrigação exequenda, vez que a ausência dessa justificativa caracteriza aplicação de mecanismo punitivo, o que é incabível na fase executiva.

Destarte, não se deve executar o devedor apenas para prejudicá-lo, sem que haja a mínima e real possibilidade de satisfação do direito exequendo, pois o Código de Processo Civil de 2015, com vistas a enaltecer e concretizar os princípios constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade, combate os excessos na busca da atividade satisfativa também na fase de execução.

2.4 PRINCÍPIO MENOR ONEROSIDADE DA EXECUÇÃO

Com previsão no art. 805, do CPC/15, o princípio da menor onerosidade busca concretizar o direito do exequente de forma menos ofensiva tanto para o executado quanto para o seu patrimônio, sem que isso signifique prejuízo à efetividade processual, vez que, conforme o referido artigo, “quando por vários meios o exequente puder promover a execução, o juiz mandará que se faça pelo modo menos gravoso para o executado” (Brasil, 2015).

O modelo processual garantista adotado no Brasil, inclusive na fase de execução, prioriza a razoável ponderação entre direitos fundamentais e a concretização da obrigação exequenda, o que nos leva a deduzir que a função do princípio da onerosidade é:

[...] trazer o equilíbrio processual, pois havendo outros meios de satisfação do crédito, os bens do executado serão resguardados de medidas mais gravosas, optando-se que a execução seja efetivada pelo meio menos danoso ao executado. O juiz deve avaliar a melhor forma de garantir a satisfação do crédito, equilibrando o direito do exequente de maneira menos gravosa ao executado, utilizando os métodos mais eficazes e menos onerosos (Gomes, 2020, p. 8).

Logo, Neves (2023, p. 762) destaca que é evidente a necessidade que tem o princípio da menor onerosidade de ser interpretado à luz o princípio da efetividade da tutela executiva, pois sem efetividade o processo não passaria de um sofisma. Isso se deve ao fato de que cabe ao juiz aplicar a regra do art. 805, do CPC/15 sob a égide da razoabilidade e da proporcionalidade, seja para aplicar uma determinada medida executiva típica ou atípica, ou para substituí-la por outra que seja, de preferência, a mais eficaz e menos onerosa.

Para mais, Lopes Jr. (2023, p. 822) ressalta que o princípio ora analisado também deve ser aplicado em consonância com outros princípios tão caros e relevantes para o direito brasileiro, vejamos:

[...] o princípio da menor onerosidade da execução alinha-se ao princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF), ao princípio da solidariedade (art. 3º, I, da CF) e ao caráter substancial do princípio do devido processo legal (art. 5º, LIV, da CF). Para além desses princípios constitucionais, podem ser citados, ainda, o princípio da boa-fé processual (art. 5º, do CPC), na perspectiva da proibição do abuso de direito, assim como o princípio da cooperação (art. 6º, do CPC), na perspectiva do dever de proteção.

De igual modo, o princípio aqui em evidência coaduna com o princípio da eficiência (art. 37, caput, CF/88) por meio do qual “se impõe que o resultado do processo seja alcançado com o menor dispêndio possível de tempo e energias. Assim, impõe-se que se busque obter o resultado prático do processo com o mínimo possível de esforço” (Câmara, 2023, p. 259).

Noutro giro, pontua-se que o executado não pode ser valer da menor onerosidade do meio executivo para se esquivar de adimplir sua obrigação ou burlar a fase executiva, pois o parágrafo único do art. 805, do CPC/15 estabelece que se o executado entender ser excessivamente gravosa a medida que outrora lhe fora imposta, deve indicar outros meios que entenda ser mais eficazes e menos onerosos, sob pena de manutenção dos meios executivos anteriormente determinados, ainda que supostamente mais gravoso.

De mais a mais, frisa-se que o Superior Tribunal de Justiça em julgados recentes, consolidou o entendimento de que, *in verbis*: “o princípio da menor onerosidade não é absoluto, devendo ser observado em consonância com o princípio da efetividade da execução, preservando-se o interesse do credor”,² “pois inexistente preponderância, em abstrato, do princípio da menor onerosidade para o devedor sobre o da efetividade da tutela executiva”³.

Conclusivamente, defende-se que o princípio da menor onerosidade da execução é importante principalmente para o executado, pois lhe garante o menor sofrimento possível nessa fase. Com efeito, o referido princípio evita que o exequente obtenha vantagem indevida e exagerada sobre o executado, inibindo restrições desnecessárias e que possam violar direitos fundamentais tanto de quem executa quanto de quem é executado.

3 MEDIDAS ATÍPICAS E A AUSÊNCIA DE CARÁTER PUNITIVO

Inicialmente, é necessário distinguir, conceitualmente, o que são as medidas executivas típicas e atípicas. As primeiras, dizem respeito àquelas com previsão expressa no ordenamento jurídico, tais como a penhora de bens do executado (arts. 831 e segs., do CPC); imposição

² STJ. AgInt no AREsp n. 2.358.690/RN, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 9/10/2023, DJe de 16/10/2023.

³ STJ. AgInt no REsp n. 1.728.526/AM, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 25/9/2023, DJe de 28/9/2023.

de multa, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras, impedimento de atividade nociva (art 536, § 1º, do CPC); inclusão do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito no caso das obrigações de prestação de fazer e de não fazer (art. 782, § 3.º, do CPC), dentre outras previstas ao longo da lei processual civil.

Já as medidas atípicas de execução, também conhecidas como inominadas, estão consubstanciadas nos artigos 139, inciso IV e 536, § 1º, ambos do CPC. Tais medidas decorrem do poder geral de efetivação das decisões do juízo que, nas palavras de Gomes (2020, p. 6), “promovem a ampla possibilidade de o magistrado atuar de uma forma que mais se enquadre ao caso concreto, no intuito de alcançar o cumprimento das sentenças”. De pronto, destaca-se que tais medidas têm caráter subsidiário, critério esse que será esmiuçado no próximo capítulo deste artigo.

Para mais, frisa-se que ainda na vigência do Código de Processo Civil de 1973, já era possível a utilização das medidas atípicas. No entanto, eram aplicadas apenas para as obrigações de fazer, não fazer e de entregar coisa. Mas, devido a sobrecarga processual do Poder Judiciário e a inefetividade das tutelas pleiteadas no processo de execução, a reforma legislativa que culminou no CPC 2015 estendeu a aplicabilidade de tais medidas também para as obrigações de pagar, com intuito de garantir, sobretudo, maior celeridade e efetividade ao cumprimento das ordens judiciais.

À vista disso, por força do art. 139, inciso IV, do CPC/15 o juiz, na condução do processo, fica incumbido de “determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária”.

Sobre essa ampliação dos poderes do julgador para o cumprimento de suas ordens, Carreira e Abreu (2023, p. 266) constataram que:

[...] a previsão de medidas inominadas permite ao juiz do caso concreto adaptar o processo executivo às necessidades do direito material, proporcionando bons resultados ao processo executivo e acabando, por assim dizer, com a chamada “infelicidade da

execução”, que é, sem sombra de dúvidas, o calcanhar de Aquiles da atividade jurisdicional. Desta feita, ao prever a possibilidade de adoção de medidas indutivas e sub-rogatórias, aplicáveis, como visto, às obrigações de pagar quantia certa, o legislador nada mais fez do que dar concretude ao princípio da adequação e, por conseguinte, ao devido processo legal, pois a adoção de medidas atípicas pode trazer bons resultado ao processo executivo e, por conseguinte, a tutela do direito material.

Dessa maneira, temos que por definição gramatical, indutivo é tudo aquilo que induz, incentiva, estimula⁴. Assim, nas palavras de Carreira e Abreu (2023, p. 267),

[...] as medidas indutivas, no contexto do art. 139, IV, são aquelas que trazem um incentivo ao cumprimento do conteúdo da decisão judicial. [...] devem ser as primeiras medidas a serem tomadas, se estiverem disponíveis, para garantir o cumprimento de decisão judicial. [...] as medidas indutivas são premiais, elas não podem ser atípicas, uma vez que a vantagem garantida à parte não pode diminuir o valor ou a qualidade da prestação a que está sujeito, já que isso depende de anuência da parte contrária.

Noutra perspectiva, as medidas sub-rogatórias podem ser interpretadas como instrumento para que o próprio magistrado cumpra a ordem judicial. Para Câmara (2023, p. 256 e 257), são meios pelos quais o “Estado-Juiz pratica atividade que substitui a do devedor, tornando-a dispensável, e produz o resultado prático que se teria se o próprio devedor tivesse cumprido seu dever jurídico”. Assim, Carreira e Abreu (2023, p. 269) complementam destacando que a doutrina majoritária identifica o desapossamento, a transformação e a expropriação como as três principais técnicas de medidas sub-rogatórias.

Já as medidas de cunho mandamental, na visão de Carreira e Abreu (2023, p. 269), “não se tratam de uma medida, mas sim de um

⁴ Dicionário Eletrônico Caldas Aulete. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/indutivo>. Acesso em 24 jan. 2024.

efeito típico decorrente das ordens judiciais, que, por sua vez, pode vincular medidas indutivas ou sub-rogatórias”.

Por último, temos as medidas coercitivas, também sinônimo de execução por coerção ou execução indireta, que consistem no emprego de mecanismos destinados a compelir o próprio devedor a praticar os atos necessários à satisfação do direito do exequente (Câmara, 2023). Tais providências

visam garantir o cumprimento das decisões judiciais através de um reforço negativo, ou seja, há uma ameaça de um evento de efeitos adversos àquele que deve cumprir a decisão, caso não a faça. [...] as medidas coercitivas não necessitam de tipificação e cabe, ao juiz, no caso concreto, decidir qual é a medida adequada para compelir a parte a cumprir a decisão (Carreira e Abreu, p. 268).

Noutro giro, é imperioso mencionar que há uma latente distinção entre as medidas coercitivas e as medidas punitivas. Preliminarmente, tem-se que o art. 139, inciso IV, do CPC trata tão somente da primeira espécie. No entanto,

[...] o que difere uma medida coercitiva de uma medida punitiva é, sem sombra de dúvidas, a sua finalidade, razão pela qual deve-se observar se a sua fixação busca obter um resultado a se realizar ou se pune uma conduta já realizada, sendo coercitiva no primeiro caso e punitiva no segundo, lembrando que sempre haverá coerção nas medidas punitivas. Esta distinção se mostra ainda mais relevante pois, em se tratando de sanção, não é possível a criação de medidas punitivas atípicas, pois neste campo vigora o princípio da estrita legalidade, não havendo espaço para punições sem previsão legal (Carreira e Abreu, 2023, p. 270).

Nessa toada, a Ministra Relatora Nancy Andriighi, no julgamento do Recurso Especial n.º 1.864.190/SP, trouxe as seguintes considerações acerca dessa dicotomia entre medidas coercitivas e punitivas. Vejamos:

Não se pode confundir a natureza jurídica das medidas de coerção psicológica, que são apenas medidas executivas indiretas, com sanções civis de natureza material, essas

sim capazes de ofender a garantia da patrimonialidade, por configurarem punições em face do não pagamento da dívida. A diferença mais notável entre os dois institutos acima enunciados é a de que, na execução de caráter pessoal e punitivo, as medidas executivas sobre o corpo ou a liberdade do executado tem como característica substituírem a dívida patrimonial inadimplida, nela subrogando-se, circunstância que não se verifica quando se trata da adoção de meios de execução indiretos. [...] Na execução indireta, portanto, as medidas executivas não possuem força para satisfazer a obrigação inadimplida, atuando tão somente sobre a vontade do devedor⁵.

Ao analisar as decisões do Superior Tribunal de Justiça acerca da aplicação ou não de medidas executivas atípicas, Leal (2023, p. 45) salientou que tais deliberações não devem ser aplicadas como forma de punir o executado que não tem bens disponíveis, mas tão somente para aquele que os ocultam com finalidade de frustrar a execução ou o cumprimento de sentença. Logo, a autora retro mencionada conclui que tais medidas devem ser utilizadas apenas quando o executado não contribui com a execução, ou seja, quando não realiza o pagamento, não indica bens penhoráveis, apresenta irrefutáveis indícios de ocultação patrimonial, dentre outros mecanismos que visam frustrar a fase executiva.

Dito isso, é evidente que as medidas executivas coercitivas atípicas não podem se confundir com sanção, finalidade não pertencente ao processo civil, mas a outras áreas do direito, como a seara penal que visa a punição como meio de compensação jurídica pelo ato que infringe a ordem jurídica estabelecida. Isso porque a utilização das medidas inominadas ou atípicas de cunho coercitivo com fulcro no art. 139, inciso IV, do CPC, consiste tão somente na concretização do princípio da adequação ao processo executivo. Essas medidas devem funcionar como mecanismo de

⁵ REsp nº 1864190/SP(2020/0049139-6). Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, rel. Min. Nancy Andrigli, j 16 jun. 2020. Disponível em: https://processo.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1954443&num_registro=202000491396&data=20200619&formato=PDF. Acesso em: 25 jan. 2024.

pressão psicológica junto ao devedor para induzi-lo a cumprir a ordem judicial e, por conseguinte, a obrigação para com o exequente.

Contudo, é inegável que, indiretamente e periféricamente, as medidas coercitivas em geral ocasionam certo dano ao patrimônio do devedor, pois ele deverá se desprender de bens, sejam eles pecúnia física ou virtual; móvel ou imóvel; tangíveis ou intangíveis com valor patrimonial; para adimplir com sua obrigação perante o exequente, desde que não prejudique sua subsistência e tampouco seus bens inalienáveis, como prevê o art. 833, do CPC.

Portanto, é inquestionável que o objetivo precípua da execução é o de ser útil ao credor e permitir o direito de resposta do executado. Dessa forma, as medidas atípicas não podem ser consideradas instrumentos de castigo, vingança, prejuízo/sacrifício injustificado e exacerbado para o devedor, sob pena de ilegalidade. Certo é que esse tipo de medida executiva indireta não proporcionará o exato adimplemento da obrigação, mas, como o próprio inciso IV, do art. 139, do CPC conjuga, farão tão somente a coerção, psicológica ou não, para que o executado cumpra a obrigação. Assim, diante dessa visão, as medidas executivas atípicas são um reforço aos princípios da responsabilidade patrimonial, eficiência, menor onerosidade da execução e principalmente, o da efetividade.

4 O BLOQUEIO DE REDES SOCIAIS COMO MEDIDA EXECUTIVA INOMINADA COERCITIVA E OS REQUISITOS PROPOSTOS PELA JURISPRUDÊNCIA E PELA DOUTRINA BRASILEIRA PARA APLICAÇÃO DAS MEDIDAS ATÍPICAS EM GERAL

Para a satisfação do seu crédito, o credor pode se valer dos meios executórios diretos ou indiretos, típicos ou atípicos. Com isso, o diploma processual civil de 2015, almejando, *a priori*, a concretização do princípio da efetividade das decisões, bem como a redução dos altos indicadores de execuções frustradas, ampliou as possibilidades de medidas atípicas que visam forçar o devedor a adimplir suas obrigações, com fundamento nos amplos poderes concedidos ao magistrado para determinar meios que assegurem a satisfação da ordem judicial e conseqüentemente, do direito do exequente.

Todavia, com o início da aplicação de medidas executivas atípicas pelos magistrados no exercício do poder Estado-Juiz, respaldados no art. 139, inciso IV, do CPC, não tardou que tais medidas fossem questionadas na via recursal e por meio de ações que resguardam os direitos constitucionais individuais. Assim, em virtude dessa novidade legislativa que gera grande impacto na fase executiva do processo judicial, o jurisdicionado tem questionado a constitucionalidade de tais providências.

Por isso, é óbvio prever que tais indagações chegassem aos Tribunais Superiores para que elucidassem pontos controversos e estabelecer critérios/requisitos/limites para a utilização de medidas executivas não previstas expressamente no ordenamento jurídico. Foi o que se buscou com a propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 5.941/DF interposta, perante o STF, pelo Partido dos Trabalhadores, em 11 de maio de 2018, com vistas a discutir, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, se as medidas executivas atípicas poderiam comprometer a eficácia dos direitos fundamentais do executado, o que as tornariam inconstitucionais.

A ADI n.º 5.941/DF de relatoria do Min. Luiz Fux, questionou a constitucionalidade da adoção de técnicas de execução indireta exemplificadas, na ação, pela suspensão do direito de dirigir, apreensão de carteira nacional de habilitação ou de passaporte, além da proibição de participação em concursos ou licitações públicas. O partido autor da ação alegou que o processo executivo é eminentemente patrimonial, não se confundindo com a restrição de direitos de liberdades das partes nele envolvidas e para além disso, tais medidas seriam desproporcionais em sua tríplice configuração: adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito.

Intimidados para se manifestar sobre os autos da referida ação que poderia culminar na inconstitucionalidade do art. 139, inciso IV, do CPC e de outros textos da lei, o Presidente da República, o Congresso Nacional e a Advocacia-Geral da União sustentaram a constitucionalidade das medidas atípicas aduzindo, em suma, que os dispositivos atacados pela ADI “visam à concretização do primado da efetividade, conferindo ao juiz os instrumentos necessários ao cumprimento da ordem judicial e garantido

às partes meios hábeis destinados ao alcance do resultado desejado pelo direito material” (STF, 2023, p. 10).

Já a Associação Brasileira de Direito Processual (ABDPro), na qualidade de *amicus curiae*, e a Procuradora-Geral da República se manifestaram pela inconstitucionalidade das referidas medidas executivas inominadas diante da suposta violação ao art. 5º, incisos II, XXXIX e LIV, da CF/88 ao ocasionarem a restrição de liberdades individuais do devedor.

Após debates e exposição de todos os votos, em 09 de fevereiro de 2023, a Corte Suprema, por unanimidade, conheceu a ação direta, com exceção do Ministro André Mendonça, que dela não conheceu no que tange ao art. 390, parágrafo único, do CPC. Por maioria, julgou-se improcedente o pedido do Partido dos Trabalhadores, nos termos do voto do Relator e consequentemente, declarou-se constitucionais os artigos suscitados, dentre eles o art. 139, IV, do CPC que consubstancia e dá grandes enfoque às medidas atípicas.

Para votar pelo conhecimento e improvimento do pedido do Partido requerente da ADI n.º 5.941/DF e consequente declaração de constitucionalidade das medidas inominadas, o Ministro Relator Luiz Fux, em seu voto, apresentou quatro aspectos importantes acerca da aplicabilidade das medidas executivas atípicas. São eles: I) efetividade e razoável duração do processo como corolários do princípio da inafastabilidade da jurisdição; II) papel do Estado-juiz na interpretação e criação do Direito e os limites da declaração de inconstitucionalidade sem redução do texto; III) impossibilidade de definição apriorística quanto à proporcionalidade das medidas executivas atípicas impugnadas e a consequente inaplicabilidade, em abstrato, da técnica da declaração de nulidade parcial sem redução de texto; IV) compatibilidade da escolha do legislador com o princípio da eficiência e com a razoável duração do processo à luz da análise econômica do processo.

Além disso, o Ministro Relator defendeu que a legislação brasileira – constitucional e infraconstitucional – apresenta balizas suficientes para nortear a interpretação e a atividade do magistrado, não necessitando a criação de novos requisitos para sua atuação. Acerca disso, ele enfatizou que a:

[...] aplicação concreta das medidas atípicas pelo magistrado, como meio de fazer cumprir suas determinações, encontra limites inerentes ao sistema em que elas se inserem. Deve respeito ao devido processo legal, ao contraditório, à proporcionalidade, à eficiência, e, notadamente, à sistemática positivada pelo próprio CPC (arts. 1º e 8º), o qual traz pronto remédio para sanear abusos, ao estatuir o amplo cabimento de agravo de instrumento na etapa executiva (art. 1.015, parágrafo único). [Ademais, a] discricionariedade judicial não se confunde com arbitrariedade, de modo que quaisquer abusos poderão e deverão ser coibidos mediante utilização dos meios processuais próprios (STF, 2023, p. 46 e 60).

Noutro norte, o Superior Tribunal de Justiça quando instado a se manifestar acerca desse assunto, vem adotando, corriqueiramente, requisitos balizadores semelhantes aos pronunciados pela Corte Suprema no julgamento da ADI n.º 5.941/DF. Porém, evoca-se, por agora, que o presente trabalho não possui o intuito de exaurir a temática, mas tão somente apresentar tais critérios, ainda que pormenorizadamente, objetivando fundamentar a possibilidade de bloqueio das redes sociais como uma das diversas formas criativas de inovar e se aplicar as medidas executivas inominadas, com fulcro na cláusula geral do art. 139, inciso IV, do CPC.

Com isso, sobre os critérios de aplicabilidade de uma medida executiva inominada, em recente julgado, a Quarta Turma do STJ consolidou o entendimento no sentido de que:

Admite-se a adoção, em caráter subsidiário (isto é, após a utilização das vias executivas típicas), de medidas alternativas (atípicas) voltadas à satisfação de crédito objeto de execução, desde que sejam razoáveis, proporcionais e adequadas, observando-se o princípio da menor onerosidade/gravosidade e as particularidades do caso concreto. É necessário demonstrar a efetividade da medida pleiteada, e não apenas que a parte devedora não possui patrimônio para pagar a dívida. Não são endossadas medidas que guardam caráter de punição/

penalidade/sanção à parte devedora, pois tal resultado não se coaduna com a finalidade da execução⁶.

Desse modo, o poder geral de cautela que autoriza o magistrado, na função de Estado-Juiz, determinar todas as medidas que reputar necessárias ao cumprimento da ordem judicial, conforme o art. 139, inciso IV, do CPC, deve seguir as seguintes balizadoras suscitadas pelo STJ e STF:

comprovação do esgotamento das medidas típicas, contraditório prévio ao devedor, razoabilidade e proporcionalidade na escolha da medida, decisão fundamentada autorizando a sua execução, e que a medida não atinja, no caso concreto, as garantias constitucionais do devedor⁷.

Nessa esteira, Lopes Júnior (2023, p.825) sintetiza, para fins didáticos e com base na jurisprudência dos Tribunais Superiores, em quatro tópicos os requisitos que devem ser seguidos pelo magistrado ao aplicar uma medida atípica. São eles: i) prévio esgotamento dos meios executivos típicos; ii) contraditório prévio; iii) decisão fundamentada à luz das peculiaridades da causa; e, iv) proporcionalidade sob o viés da necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito.

Já Braga *et al* (2017, p. 115) entendem que por ser complexa a demarcação do grau de intensidade das medidas executivas atípicas, é necessário se observar os seguintes critérios: proporcionalidade, razoabilidade, proibição de excessos, eficiência e menor onerosidade da execução.

No mais, é importante frisar que mesmo sendo corriqueira a aplicação dos requisitos acima elencados, a matéria ainda necessita de debates, vez que o Tema Repetitivo n.º 1.137 ainda está pendente de julgamento até a presente data, por meio do qual o STJ irá definir,

⁶ STJ, AgInt no AREsp n. 1.957.953/RJ, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 28/8/2023, DJe de 31/8/2023.

⁷ TJMG, Agravo de Instrumento-Cv 1.0000.23.110296-3/001, Relator Des. Fabiano Rubinger de Queiroz, 10ª Câmara Cível, julgamento em 25/07/2023, publicação da súmula em 31/07/2023.

categoricamente, com esteio no art. 139, IV, do CPC/15, se é possível ou não que o magistrado, observando a devida fundamentação, o contraditório e a proporcionalidade da medida, adote de modo subsidiário os meios executivos atípicos.

Entretanto, ainda que esse assunto esteja pendente de julgamento, o Tribunal da Cidadania tem acolhido o posicionamento do STF acerca dos argumentos que reforçam a constitucionalidade do art. 139, IV, do CPC e conseqüentemente, servem de base para aplicação das medidas executivas sem previsão legal expressa, como podemos depreender da ementa dos seguintes julgados do último trimestre do ano de 2023:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS. CONSTITUCIONALIDADE DECLARADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (ADI N. 5.941/DF). UTILIZAÇÃO DO CADASTRO NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE DE BENS (CNIB). POSSIBILIDADE. EXAURIMENTO DOS MEIOS EXECUTIVOS TÍPICOS. NECESSIDADE. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO. [...]

2. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI 5.941/DF, recentemente declarou a constitucionalidade da aplicação concreta das medidas atípicas previstas no art. 139, IV, do CPC/2015, desde que não avance sobre direitos fundamentais e observe os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

3. A fim de regulamentar o Cadastro Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB), o Conselho Nacional de Justiça editou o Provimento n. 39/2014, o qual prevê busca pela racionalização do intercâmbio de informações entre o Poder Judiciário e os órgãos prestadores de serviços notariais e de registro, constituindo uma importante ferramenta para a execução, a propiciar maior segurança jurídica aos cidadãos em suas transações imobiliárias.

4. A adoção do CNIB atende aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, assim como não viola o princípio da menor onerosidade do devedor, pois a existência de anotação não impede a lavratura

de escritura pública representativa do negócio jurídico relativo à propriedade ou outro direito real sobre imóvel, exercendo o papel de instrumento de publicidade do ato de indisponibilidade.

5. Contudo, por se tratar de medida executiva atípica, a utilização do CNIB será admissível somente quando exauridos os meios executivos típicos, ante a sua subsidiariedade, conforme orientação desta Corte Superior.

6. Determinação de retorno dos autos à origem para que o Magistrado, verificando se houve ou não o esgotamento dos meios executivos típicos, aprecie o pedido de utilização do CNIB.

7. Recurso especial conhecido e provido.

(REsp n. 1.963.178/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 12/12/2023, DJe de 14/12/2023.)

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA. MEDIDA COERCITIVA INDIRETA. SUSPENSÃO E APREENSÃO DE PASSAPORTE. POSSIBILIDADE. CPC, ART. 139, IV, DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. INEXISTÊNCIA DE HIPÓTESE EXCEPCIONAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. AGRAVO DESPROVIDO.

[...]

2. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, reputa-se, “em tese, lícita e possível a adoção de medidas executivas indiretas, inclusive a apreensão de passaporte, desde que, exauridos previamente os meios típicos de satisfação do crédito exequendo, bem como que a medida se afigure adequada, necessária e razoável para efetivar a tutela do direito do credor em face de devedor que, demonstrando possuir patrimônio apto a saldar o débito em cobrança, intente frustrar injustificadamente o processo executivo” (AgInt no RHC 128.327/SP, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 15/4/2021).

3. No caso, os elementos que constam dos autos não permitem constatar a existência de ilegalidade flagrante, a justificar o excepcional conhecimento do habeas corpus em substituição ao recurso ordinariamente cabível.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no HC n. 858.258/SP, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 28/11/2023, DJe de 12/12/2023.)

Em síntese, mesmo que os entendimentos do STJ e STF ainda estejam caminhando para uma unificação e venham a se alinhar num futuro próximo, já é possível concluir que a existência de indícios de que o executado possua patrimônio para honrar sua obrigação; que a decisão deve ser fundamentada; que a medida atípica seja dotada de forma subsidiária (entendimento oriundo do Enunciado n.º 12 FPPC); e, que sejam observados o contraditório e a proporcionalidade, já são condições reconhecidas pela jurisprudência e pela doutrina brasileira para validar e sustentar a aplicabilidade das medidas atípicas.

Agora, à luz da exposição acima apresentada acerca dos requisitos trazidos pela jurisprudência e pela doutrina brasileira para concretizar a aplicação das medidas atípicas, nos termos do art. 139, IV, do CPC, passaremos a analisar a possibilidade de aplicação da medida executiva coercitiva atípica do bloqueio das redes sociais do devedor tendo em vista que as redes sociais são patrimônio, ainda que intangível, do usuário pessoa física ou jurídica.

Tem-se que as medidas atípicas ou inominadas não são a regra no ordenamento jurídico brasileiro, por isso o atributo da subsidiárias em detrimento dos meios executivos já previstos em lei, como a penhora, a imposição de multa, a busca e apreensão, a remoção de pessoas e coisas, o desfazimento de obras, dentre outros. Sendo assim, o bloqueio de redes sociais constitui uma medida executiva atípica, excepcional, subsidiária conforme o caso concreto.

Desse modo, se levarmos em consideração o posicionamento do STF consolidado por meio do julgamento da ADI n.º 5.941/DF e o de tantos outros acórdãos das três turmas de direito privado do STJ,

conclui-se que é possível o bloqueio de redes sociais mais comuns, como *facebook, instagram e X* (antigo *Twitter*), desde que observado o caráter não punitivo e subsidiário da medida; a existência de indícios de que o executado possua patrimônio passível de sofrer constrição ou que estes estejam sendo ocultados; decisão coerente e bem fundamentada; observância do contraditório, proporcionalidade em sentido estrito, adequação e necessidade. Isso porque se trata de mais uma inovação dentre tantas outras variações de medidas atípicas que o magistrado pode se valer para efetivar suas decisões, observando sempre a realidade dos autos e a tutela pleiteada pelo exequente.

Apesar de ainda ser uma medida pouco utilizada, a jurisprudência não descarta a sua utilização ou até mesmo a sua existência, como por exemplo, vislumbra-se no caso do devedor “ostentação” ou dos influenciadores digitais. Porém, o que sempre se pontua é a necessidade de comprovação da relação finalística entre tal medida e a mínima possibilidade de êxito na satisfação do crédito, como ressaltou o Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, em 13/02/2020, na decisão que conheceu do agravo para não conhecer do agravo em Recurso Especial n.º 1.584.430/SP. *In verbis*:

No recurso especial (fls. 42/56 e-STJ), a agravante alegou violação do art. 139,IV, do Código de Processo Civil de 2015. Sustenta, em síntese, a possibilidade de bloqueio do facebook, instagram e whatsapp do recorrido até o pagamento integral do débito ou pelo prazo máximo de cinco anos. A irresignação não merece prosperar. Na hipótese, o tribunal de origem manteve a decisão que indeferiu pedido de bloqueio de acesso do devedor, ora recorrido, às redes sociais facebook e instagram e whatsapp nos seguintes termos: “(...) Sabe-se que métodos diferenciados de coerção têm sido considerados como consequência do permissivo do art. 139, IV, do CPC/2015, o qual possibilita ao magistrado ‘determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária’. Ou seja, os juízes não estão mais restritos à penhora e à expropriação de bens como meios de cobrança (além da prisão civil, no caso

de alimentos). Ocorre que a adoção das discutidas providências atípicas é subsidiária, somente sendo cabível depois de tentados os meios de sub-rogação convencionais. Além disso, devem ser determinadas com esteio em uma análise prognóstica de seus reflexos na satisfação do crédito perseguido. Não podem ter como fulcro a mera punição da parte contra a qual se dirigem⁸.

Aqueles que acreditam na desarrazoabilidade do bloqueio temporário de redes sociais com vistas a coagir o devedor a satisfazer a obrigação exequenda, insinuam que:

as redes sociais, além de poderem ser utilizadas como forma de promoção profissional, também são utilizadas como forma de disseminação de conteúdos de diversas áreas, sendo, inclusive, consideradas meios de inclusão social. Dessa forma, retirar a possibilidade dos indivíduos de se expressarem e utilizarem as redes sociais em razão de dívidas civis pode ser considerada uma diminuição excessiva dos direitos fundamentais do devedor de comunicação, acesso à educação e informação e outros (Leal, 2023, p. 50).

Por outro lado,

o bloqueio das redes sociais não afeta a existência digna do devedor que, por sua vez, poderá construir novas relações interpessoais/profissionais ou, ainda, fortalecer aquelas já existentes, por outros veículos de comunicação, como o bom e velho diálogo presencial, tão démodé nos dias de hoje. [...] No entanto, se o escopo do novo Código de Processo Civil, explicitamente declarado em sua exposição de motivos, é o de resolver problemas, mostra-se imprescindível a criação de medidas capazes de atendê-lo a contento. [...] Inegavelmente, o bloqueio

⁸ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.584.430 - SP 2019/0276039-6). Relator: Min. Ricardo Villas Bôas Cueva. Brasília, 13 fev. 2020. Disponível em: https://processo.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=MON&sequencial=106197328&tipo_documento=documento&num_registro=201902760396&data=20200226&formato=PDF. Acesso em: 31 jan. 2024.

destas redes sociais e do whatsapp poderá persuadir o executado a pagar a dívida, a depender do valor sentimental que este atribua aos indigitados canais de relacionamento humano (Neto, 2019).

Logo, Grings (2023, p. 441) entende ser inquestionável que o direito processual se desenvolva à medida que surjam novas formas de interação com o mundo, como é o caso daquelas oriundas da internet que revolucionaram as relações sociais contemporâneas. Ademais, o escopo principal do Código de Processo Civil, explicitamente declarado em sua exposição de motivos, é o de resolver problemas, mostrando-se imprescindível a adoção de medidas capazes de atender a esse fim objetivando deixar de ver o processo como teoria descomprometida com a realidade e com as necessidades fundamentais do jurisdicionado.

Em suma, é claramente possível que o juiz adote meios executivos atípicos, como o bloqueio de redes sociais, desde que, sejam aplicados subsidiariamente às medidas típicas; que exista indícios mínimos que sugiram que o executado possui bens aptos a satisfazer à dívida; que a decisão do magistrado seja fundamentada com a legítima descrição da íntima relação entre o caso concreto e a adoção daquela medida; e, que se observe o contraditório substancial e o trinômio proporcionalidade, necessidade, adequação.

Por fim, enfatiza-se que o bloqueio das redes sociais aqui defendido como medida coercitiva atípica não tem caráter *ad aeternum* e tampouco punitivo, pois o que se busca é tão somente resguardar o direito do exequente de ter sua pretensão satisfeita bem como pressionar/estimular, ainda que psicologicamente/emocionalmente, que devedor que não paga porque não quer e que blinda o seu patrimônio para tornar ineficaz a forma típica de execução, cumpra com suas obrigações e com as determinações judiciais.

5 CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, vislumbra-se que a previsão legal das medidas executivas atípicas, nos termos do art. 139, inciso IV, do CPC, buscou aflorar a criatividade do julgador e alargar o leque de oportunidades

que o magistrado, na condição de Estado-Juiz, pode utilizar para que a satisfação da tutela jurisdicional pleiteada pelo exequente seja mais célere e efetiva possível, sem esquecer de salvaguardar os direitos fundamentais do executado.

À vista disso, é inquestionável que as medidas atípicas foram um grande avanço para o alcance de resultados satisfatórios e efetivos na fase executiva. No entanto, por ainda serem pouco utilizadas, geram estranheza e até mesmo grandes debates no mundo jurídico, inclusive sendo objeto de ações nas Cortes Superiores, como discorrido no quarto capítulo deste estudo.

Apesar de muitos ainda serem os questionamentos sobre como se deve aplicar as medidas atípicas, certo é que a utilização de tais meios não pode ser banalizada e tampouco deixada ao bel-prazer do julgador. Por isso, a jurisprudência e a doutrina vêm suscitando que na aplicação desses institutos é indispensável a observância dos princípios do direito como um todo bem como daqueles próprios do processo executivo, como o princípio da patrimonialidade, eficiência, efetividade da prestação jurisdicional e menor onerosidade da execução, dentre outros.

Ademais, a **praxe** judiciária e doutrinária jurídica nos permitiram concluir ser possível a utilização das medidas inominadas, mas desde que observados alguns requisitos, tais como: a demonstração da subsidiariedade da medida atípica em detrimento das medidas típicas; comprovação da ausência de punição na adoção daquela medida; presença de mínimos indícios de patrimônio expropriável do executado ou de que estes estejam sendo ocultados para frustrar a execução; respeito ao devido processo legal, contraditório e ampla defesa; e, decisão judicial fundamentada que comprove a necessidade, a proporcionalidade e a adequação da medida atípica para o fim a que se destina, seja coercitivo, mandamental, subrogatório ou indutivo, de acordo com o caso em tela.

Assim, satisfeitos os requisitos acima mencionados, é razoável inferir que o magistrado pode sim realizar o bloqueio de redes sociais, tais como *facebook*, *instagram* e *X*, como medida executiva atípica coercitiva com vistas a pressionar, ainda que psicologicamente, o adimplemento da obrigação por parte daquele devedor que demonstra ter patrimônio, mas

não paga porque não quer, como é o caso o devedor ostentação. Além do mais, até mesmo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça já reconheceu a existência desse tipo de medida atípica, mas descartou a sua serventia, no caso concreto, em virtude do descumprimento dos referidos pressupostos.

Em suma, este artigo limitou-se a demonstrar que é possível o bloqueio de redes sociais do executado como medida atípica coercitiva, desde que respeitados os princípios jurídicos e os requisitos consubstanciados na jurisprudência e na doutrina, uma vez que se trata de medida que atinge patrimônio de muito apreço e utilização pela geração do presente século marcada pela hiperconectividade. Por último, é importante lembrar que nenhuma medida executiva, seja ela típica ou atípica, pode ser utilizada como punição do executado pelo inadimplemento, pois o fim a que se destina o processo civil, como um todo, é a concretização e a efetividade da tutela jurisdicional e a plena resolutividade da lide.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Paulo Sarno, CUNHA, Leonardo Carneiro da, DIDIER JR. Fredie, OLIVEIRA, Rafael Alexandria. **Curso de direito processual civil**. 7. ed. Salvador: Juspodivm, 2017, p. 115. v. 5.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942**. Lei de Introdução às Normas do Direito brasileiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del4657compilado.htm. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 10.406, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em: 07 nov. 2023.

BRASIL. Superior Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.941/DF**. Requerente: Partido dos Trabalhadores - PT. Interessado: Presidente da República. Intimado: Congresso Nacional. Amicus Curiae: Associação Brasileira de

Direito Processual - ABDPRO. Relator: Min. Luiz Fux, 9 fev. 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15357613301&ext=.pdf>. Acesso em: 7 nov 2023.

CÂMARA, Alexandre Freitas. O princípio da patrimonialidade da execução e os meios atípicos: lendo o art. 139, IV, do CPC. *In*: TALAMINI, Marcos; MINAMI, Marcos Youji (coords.). **Medidas executivas atípicas**. 4. ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2023. cap. 10, p. 255-263.

CARREIRA, Guilherme Sarri; ABREU, Vinicius Calda da Gama. Dos poderes do juiz na execução por quantia certa: da utilização das medidas inominadas. *In*: TALAMINI, Marcos; MINAMI, Marcos Youji (coords.). **Medidas executivas atípicas**. 4. ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2023. cap. 11, p. 265-295.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 31. ed. rev. atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

DIDIER JR, Fredie. CUNHA, Leonardo Carneiro da. BRAGA, Paula Sarno. OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Diretrizes para a concretização das cláusulas gerais executivas dos arts. 139, IV, 297 e 536, §1.º, CPC. *In*: TALAMINI, Marcos; MINAMI, Marcos Youji (coords.). **Medidas executivas atípicas**. 4. ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2023. cap. 13, p. 329 - 366.

GAGLIANO, Pablo Stolze. FILHO, Rodolfo Pamplona Filho. **Novo curso de direito civil**: parte geral. 21. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. 1 v.

GOMES, Clara Leão. **Medidas atípicas para garantir a satisfação do crédito no processo de execução**. Artigo Científico (Graduação em Direito) - Escola de Direito e Relações Internacionais, Curso de Direito, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/606/1/TCC.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2023.

GRINGS, Maria Gabriela. Medidas judiciais e ambiente digital. *In*: TALAMINI, Marcos; MINAMI, Marcos Youji (coords.). **Medidas executivas atípicas**. 4. ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2023. cap. 17, p. 441-467.

LEAL, Thaís Coelho. **As medidas atípicas e a aplicação do artigo 139, IV, do Código de Processo Civil**: uma análise à luz do tema repetitivo n.1.137 do STJ e da ADI n.º 5.941 do STF. Natal, 2023. Monografia apresentada ao curso de graduação em Direito, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Direito. Disponível em: <https://acervo.ufrn.br/Record/ri-123456789-53463>. Acesso em: 15 jan. 2024.

LEMOS, Vinicius Silva. A concessão de medidas atípicas de efetividade de ordem judicial e o necessário diálogo com as normas fundamentais do CPC/15. *In*: TALAMINI, Marcos; MINAMI, Marcos Youji (coords.). **Medidas executivas atípicas**. 4. ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2023. cap. 19, p. 493-516.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional esquematizado**. 22. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

LOPES JÚNIOR, Jaylton. **Manual de processo civil**. 3. ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2023.

MADEIRA, Bruno da Silva. **Medidas Executivas Atípicas**. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020. p. 37.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. 15. ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2023.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Medidas atípicas coercitivas atípicas na execução de obrigação de pagar quantia certa - art. 139, IV, do novo CPC. *In*: TALAMINI, Marcos; MINAMI, Marcos Youji (coords.). **Medidas executivas atípicas**. 4. ed. São Paulo: Editora Juspodivm, 2023. cap. 24, p. 621-657.

TANNUS NETO. José Jorge. **O bloqueio de redes sociais e do Whatsapp como medida executiva atípica**. São Paulo, 4 jun. 2019. LinkedIn. Disponível em: <https://pt.linkedin.com/pulse/o-bloqueio-de-redes-sociais-e-do-whatsapp-como-medida-tannus-neto>. Acesso em: 7 nov. 2023.

THEODORO JÚNIOR, HUMBERTO. **Processo de execução**, 19. ed. São Paulo: Leud, 1999, n. 22, p. 64.